

*Portuguese Migration in Global Perspective*, editado por David Higgs, Toronto, The Multicultural History Society de Ontário, 1990, 207 pp.

*Portuguese Migration in Global Perspective* é uma colecção de ensaios que reúne as comunicações apresentadas no encontro sobre o mesmo tema realizado em 1988 no Canadá, sob a égide da The Multicultural History Society de Ontário e do programa Ethnic and Immigration Studies da Universidade de Toronto. Pelo número de temas que aborda e de problemas que levanta, esta publicação é de interesse para os investigadores a trabalhar sobre emigração portuguesa, apesar de, como frequentemente acontece em edições deste género, as contribuições que a constituem serem consideradas, individualmente, de valor e interesse muito distintos.

Os diversos ensaios foram agrupados em três grande temas, a saber: BEGINNINGS, que agrupa os trabalhos «Portuguese migration before 1800», de David Higgs; «Portuguese migration to Brasil in the nineteenth and twentieth centuries: an example of international cultural exchange», de Maria Beatriz Rocha-Trindade; e «Migration from the Portuguese Atlantic islands in the second half of the nineteenth century: the case of Madeira», de Alberto Vieira; MIGRATION AND MODERN PORTUGAL, que engloba os ensaios «Leaving, remaining, and returning: some thoughts on the multifaceted Portuguese migratory system», de Caroline Brettell; e «Money and migration in modern Portugal: an economist's view», de Helen Graham; e ASPECTS OF THE PORTUGUESE DIASPORA, que agrega os artigos «Portuguese Ontario: a photographic essay», de Manuela Marujo; «'Portygees and Other Caucasians': Portuguese migrants and the racialism of the English-speaking world», de Robert F. Harney; «Portuguese immigrant women in Canada», de Grace M. Anderson e J. Campbell Davis; «Azorean migration patterns in the United States», de Jerry Williams; «The Cape Verde Islands: their settlement, the emergence of their creole culture, and the subsequent migration of their people», de Sidney M. Greenfield; e «Islands in a segregate land: the Portuguese in South Africa», de Vítor Pereira da Rosa e Salvato Trigo.

Dos onze ensaios que constituem este volume, os trabalhos de J. William e de H. Graham são resumos de obras de maior fôlego que estes autores escreveram, respectivamente *And Yet They Come: Portuguese Immigration from the Azores to the United States* (Nova Iorque, 1982) e *Determinants of Emigrant Remittances: The Portuguese Case* (Ph. D. dissertation, Stanford University, 1989). Mesmo assim, os artigos agora publicados são de interesse, o primeiro por ser uma síntese actualizada de um tema pouco tratado, o segundo pela sua contribuição para a análise do papel das remessas dos emigrantes na economia nacional. Menor interesse revestem os ensaios de Pereira da Rosa e S. Trigo e o de M. Marujo, que nos revelam curiosidades várias, respectivamente sobre a emigração portuguesa para a África do Sul e para

o Canadá. Com cabimento numa obra de divulgação, parecem-me algo deslocados numa obra deste género. Deslocado também, mas por motivos bem diferentes, entendo estar o trabalho de Greenfield, uma vez que o presente volume tem como tema a emigração portuguesa. Ora este artigo analisa a experiência migratória dos Cabo-Verdianos nos Estados Unidos, que o autor torna extensível a outros países de acolhimento e que defende apresentar uma especificidade própria, cujas raízes atribui ao tipo de povoamento e às políticas coloniais a que o arquipélago esteve sujeito desde o século XV.

O termo *emigração* tem conteúdos vários na linguagem corrente, mas, em teoria das migrações internacionais, recobre um sentido preciso, uma vez que refere exclusivamente fluxos migratórios entre nações-estados. Precisão restritiva que, no entanto, nos permite distinguir fenómenos migratórios diversos, nomeadamente as migrações para áreas controladas por Portugal ou para áreas do Império Português da emigração portuguesa para outras nações-estados. Se, numa perspectiva meramente demográfica, talvez se não justifique tal precisão, numa abordagem que tenha também em conta os aspectos sociais, económicos e jurídico-políticos, ela torna-se absolutamente necessária, uma vez que, exceptuando as repercussões demográficas e as consequências económicas para a região de origem, que podem eventualmente ser idênticas independentemente do destino, tudo o mais separa e distingue as correntes migratórias para áreas do Império da emigração para outras nações soberanas.

Raciocínio idêntico parece ter estado na base do primeiro trabalho deste volume, em que D. Higgs nos chama a atenção para a necessidade de caracterizar e distinguir os fluxos migratórios que desde o século XV marcam a história portuguesa. Se os quadros mentais dos séculos XV a XVIII permitem atribuir as migrações portuguesas deste período a motivações económicas de raiz mercantilista e a decisões políticas de cariz imperialista, em que «*Migrants were seen as part of a search to find wealth to support the motherland, and to establish a territorial empire to that end. Portuguese went — were sent — across land and sea to serve the monarchy as vassals should do in a colony*» (p. 7), no século XIX, quando a emigração em massa para países não controlados por Portugal substituiu os fluxos de períodos anteriores, tal atribuição — mesmo quando o discurso e a acção política de Portugal, em ruptura com a realidade, continuaram sancionando e promovendo uma visão heróica de continuidade — necessita de ser revista. Higgs propõe três fases para as migrações nacionais (p. 8): a primeira iria do século XV ao XVI e caracterizar-se-ia pelo «*setting up of the commercial empire beyond Europe which needed resident traders to do business in foreign places*»; a segunda abrangeria os séculos XVII e XVIII e seria dominada por «*the staples empire when the large-scale cultivation of crops like sugar in Brazil was organized*»; a terceira e última fase, que se desenrolaria essencialmente a partir da segunda metade do século XIX, seria marcada por «*the emigrant empire in which Portuguese migrants amassed wealth by working in foreign countries*».

É discutível, e o próprio autor reconhece o risco de excessiva generalização que o seu esforço de tipificação implica. As categorias propostas não são mutuamente exclusivas, e, assim, como o «império comercial» coabitou com o «império das mercadorias», também no século XVIII, enquanto açorianos rogavam ao rei que os mandasse como colonos para o Brasil, gente de Trás-os-Montes e do Minho emigrava para a vizinha Espanha, renunciando o «império emigrante». Apesar dos eventuais riscos de simplificação que o uso de uma tipologia acarreta, os riscos de erro serão sempre muito maiores quando se não distingue entre o «império emigrante» e os outros «impérios». Exemplo do que acabo de afirmar é o artigo seguinte, da autoria de B. Rocha-Trindade. De facto, a autora não apenas discorda que se distinga o fluxo migratório para o Brasil antes e pós-independência, como advoga mesmo o oposto, defendendo que, entre 1808 e 1930, a proeminência social e cultural dos Portugueses no Brasil deu vida, sem interrupções nem alterações de vulto, à grande comunidade «*Luso-Brazilian Atlantic*» (p. 39), já que «*the achievement of Brazilian independence from Portugal had occurred without the usual hatred or discrimination against the former colonizer*» (p. 30). «*[...] Independence did not alter the status of resident Portuguese or newly-arrived immigrants to Brazil. For much of the nineteenth century those in position of power or special prominence in Brazil were of Portuguese birth or ancestry*» (p. 33). A longa duração permite sem dúvida alisar algumas das ondulações conjunturais, mas será defensável, em seu nome, fazer-se tábua rasa de factos históricos, como os bem documentados tumultos antiportugueses do segundo quartel do século XIX, que se fizeram sentir um pouco por todo o Brasil — em 1827 no Rio de Janeiro, em 1831 e 1834 em Mato Grosso, em 1836 no Pará, em 1848 na Praia, para citar apenas os mais célebres —, ou as conhecidas descrições de perseguições e saques a pessoas e bens portugueses, que provocaram retornos definitivos consideráveis, em que avultam nomes célebres como o do conde de Ferreira? E será aceitável, quando o tema de análise são as transferências culturais provocadas pelo fluxo migratório, ignorar, como faz Rocha-Trindade, as mudanças verificadas na composição desse mesmo fluxo? É que vários trabalhos apontam para o facto de, antes da independência, quatro em cada cinco portugueses no Brasil saberem ler, enquanto, na segunda metade do século XIX, pelo menos três em cada cinco emigrantes eram analfabetos. Como salientava D. Higgs no texto anterior, a partir de meados do século XIX, a emigração portuguesa para o Brasil sofre uma alteração qualitativa: «*Mainly of humble origin, these Portuguese were often called 'Galegos' by Lusophobic nativist Brazilian radicals*» (p. 12). Ora só com omissões do tipo que acabo de referir se cria o *continuum* que a autora defende, e, embora concorde com a afirmação de A. Rieber de que «toda a interpretação é uma questão de ênfase», neste caso penso que Rocha-Trindade exagerou na ênfase.

Interessante a vários títulos é o artigo que se segue, da autoria de A. Vieira. O seu tema central é a emigração madeirense da segunda metade do século XIX. Esta corrente migratória era essencialmente um fluxo internacional de

trabalho com excepção de pequenos fluxos, como o que se fixou em Illinois, por volta de 1850, e que era composto de refugiados religiosos. Fluxos internacionais de trabalho são processos socioeconómicos baseados em desigualdades económicas; no entanto, investigação recente, incluindo a minha, tem vindo a demonstrar que a existência de desequilíbrios por si só não é suficiente para desencadear um fluxo migratório e que, para quebrar inércias na região de origem, o recrutamento directo pela região de destino se tem mostrado historicamente necessário. A. Vieira dá mais um contributo neste sentido, uma vez que se deduz do seu trabalho que a criação da corrente madeirense para as Índias Ocidentais se ficou a dever essencialmente a recrutamento directo.

Uma vez estabelecida uma corrente migratória, a análise das dinâmicas que suportam o seu desenvolvimento é um dos temas mais controversos da teoria das migrações internacionais. Também aqui este trabalho nos fornece material interessante. Na análise das migrações das últimas décadas tem sido ressaltado o papel das redes migratórias activas em ambos os extremos da trajectória na manutenção e desenvolvimento do fluxo migratório estudado. Contudo, na análise dos fluxos migratórios do século XIX, a par dos fluxos baseados em redes migratórias em que os actores privilegiados são os imigrantes portugueses nas regiões de acolhimento e a população a risco das comunidades de origem, detecta-se um outro tipo de rede em que os actores principais são os engajadores (agentes de governos, plantadores, companhias de caminho-de-ferro ou de navegação) e a população, diríamos em gíria técnica, das comunidades *target*.

Estes dois tipos de rede geram correntes migratórias distintas. O primeiro preferencia uma emigração de tipo individual baseada em solidariedades de família, grupo, vizinhança ou comunidade; enquanto o segundo gera uma emigração predominantemente de tipo familiar baseada em contratos a prazo, mais ou menos nocivos para os contratados. Devido aos parâmetros que definem o funcionamento destes dois tipos de fluxos, o primeiro tem tendência para o auto-abastecimento e momentos de crise ou de melhoria económica detectáveis ao nível macroeconómico, quer na região de origem, quer na de acolhimento, podem não impedir o seu desenvolvimento ou retracção, uma vez que este processo se desenvolve essencialmente de acordo com a conjuntura do «nicho» económico que o grupo imigrante controla. Este microcosmo tem frequentemente uma inércia específica, funcionando na base das solidariedades existentes em ambos os extremos do fluxo migratório. O segundo tipo tem tendência para se desenvolver de acordo com a política económica da parte contratante, tendo como característica específica o seu mais ou menos fim abrupto, uma vez que não tem tendência para gerar solidariedades activas que prolonguem o fluxo quando o recrutamento cessa. É este segundo tipo de corrente, de tipo familiar, baseada em contratos e de fim abrupto, que A. Vieira documenta no seu trabalho quando descreve a emigração madeirense para as Índias Ocidentais. Este ponto do trabalho merece particular atenção, já que nas regiões em que a emigração portuguesa se fez essencialmente para

o Brasil, embora saibamos que os dois tipos de rede estiveram activos, não tem sido possível distinguir e caracterizar cada um dos fluxos. Este problema é contudo de uma certa importância, uma vez que os casos estudados revelam existir uma correlação muito significativa entre a mobilidade socioeconómica do imigrante e o tipo de rede activa na região de acolhimento.

Baseando-se na reconstrução de histórias de vida, C. Brettell explora, no quarto trabalho deste volume, algumas das múltiplas facetas do processo migratório nacional. A unidade de análise é o indivíduo, mas o tipo de abordagem escolhido permite à autora observar o impacto no agregado familiar dos diferentes tipos de migrações em que um indivíduo se pode ver envolvido no decurso da vida. Para além das diferenças específicas a cada caso, ressalta da análise dos casos escolhidos que *«there are crucial points in the life course, especially in that of the Portuguese male, at which emigration becomes a likely possibility.*

*[...] the timing and sometimes the duration of migration are socially patterned.*

*[...] individual migratory careers clearly mesh with family transitions — and seemingly individual move has a dramatic impact on the family»* (p. 67).

Quanto ao impacto específico no agregado familiar, Brettell preferiu neste trabalho salientar *«the international division of labour that has characterized the Portuguese rural household for more than a century. [...] [An] international division of labour that links, on the one hand, the work, the work and savings of the male emigrant worker and, on the other, the labour and presence of the wife and children in the country of origin»* (pp. 70-71). O trabalho finaliza com uma chamada de atenção para a necessidade de perspectivar a emigração portuguesa num contexto comparativo que permita de uma forma mais sistemática detectar se existem ou não especificidades no processo migratório português que o tornam único.

É usualmente necessário ser um crente convicto para aceitar passivamente a passagem dos casos específicos recolhidos no terreno para as generalizações abrangentes socialmente. Contudo, a metodologia utilizada por C. Brettell neste trabalho, permitindo-lhe detectar aspectos do processo migratório, nomeadamente os relacionados com o impacto no agregado familiar, que qualquer outro tipo de abordagem dificilmente possibilitaria, revela-se, mesmo para os menos crentes como eu, adequada e útil.

O texto de R. Harney analisa o racismo das sociedades de língua inglesa e as suas consequências na mobilidade social dos imigrantes portugueses inseridos nessas mesmas sociedades. Como nota o autor, *«in a culture in which both social standing and economic opportunity depended from perceived racial and colour differences»* (p. 114), os Portugueses foram percebidos e catalogados numa categoria específica, que, em termos de escala rácica, era superior à negra e à amarela, mas inferior à branca. Concordaram cientistas, recenseadores e *élites* locais que os Portugueses, particularmente os ilhéus, eram o produto de séculos de miscigenação, de promiscuidade rácica, «brancos-escuros» que havia que distinguir dos verdadeiros brancos.

Harney fornece abundante evidência em suporte desta realidade histórica ainda hoje detectável, como demonstra um dos exemplos incluídos neste trabalho extraído da *Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups* de 1976. Defende por isso que «*Continuing differentiation and prejudice is ubiquitous enough — even where Portuguese were not seen to have derogated their place as Europeans by replacing peons or slaves in an economy — to suggest that not low entry status but deeper currents of biological and cultural racism at work*» (p. 116) foram determinantes nos padrões de mobilidade social dos imigrantes portugueses.

O argumento é sugestivo e mesmo convincente até determinado ponto — nomeadamente quando advoga que o racismo afecta os percursos socioeconómicos dos imigrantes, particularmente se o mesmo é um componente predominante da cultura da sociedade de acolhimento —, mas, penso, levado demasiado longe quando defende ter havido racismo especificamente contra os imigrantes portugueses nas sociedades de língua inglesa. Ao estudar as comunidades de imigrantes portugueses no Havai, Nova Inglaterra e Califórnia, detectei existirem não um, mas três padrões de mobilidade social, o que, pelo menos, sugere que, mesmo que exista um racismo latente nas sociedades de língua inglesa, este nem sempre se torna activo, e que, quando activo, pode não ser exclusivamente antiportuguês. De facto, se no Havai houve racismo específico das *élites* locais contra os Portugueses, que parece ter sido um dos factores determinantes na mobilidade social dos imigrantes portugueses aí residentes, em Nova Inglaterra não houve racismo específico contra os Portugueses, o que houve foi uma luta pela preservação do *American original stock*, entenda-se branco, anglo-saxónico e protestante, que remeteu para a categoria dos «indesejáveis» os Portugueses, mas conjuntamente com os imigrantes do Sul e Leste europeus. Quando, em 1914, Ross escrevia: «*hirsute, low-browed, big-faced persons of obviously low mentality [...] [who] look out of place in black clothes and stiff collar, since clearly they belong in skins, in wattled huts at the close of the Great Ice Age*», pretendia descrever, não os Portugueses, mas os Europeus de Leste. Finalmente, parece-me que, na Califórnia, a permeabilidade social era maior, talvez porque, como zona de «fronteira» que era, recebia a histeria nativista filtrada pela distância. Os Portugueses e outros europeus da «nova corrente» apresentam, de facto, muito maior mobilidade social nesta zona.

É evidente que, com o Johnson Act de 1924 e a aprovação do National Origins System em 1927, todo o território americano foi defendido da eventual entrada de um número «excessivo» de não assimiláveis, entre os quais os Portugueses. É também um facto que a componente racista foi determinante na evolução da política de imigração americana e, por essa via, nos padrões de mobilidade social dos Portugueses nos Estados Unidos; penso, no entanto, que nada disto se deveu a um racismo especificamente antiportuguês.

«Portuguese Immigrant Women in Canadá» é uma síntese sobre a situação da mulher imigrante portuguesa no Canadá, baseada nos dados do censo

de 1981. Três tópicos mereceram aos autores particular atenção: diferenças por sexos na língua utilizada; nível educacional e desemprego; ocupação e rendimento. Da observação dos resultados obtidos conclui-se que as mulheres portuguesas, quando comparadas com os homens portugueses na mesma situação no Canadá, utilizam menos frequentemente a língua inglesa ou francesa; possuem um nível educacional mais baixo, níveis muito mais elevados de desemprego e, quando empregadas, ocupações e vencimentos muito inferiores.

Regras de comportamento social e familiar e o baixo nível educacional dos pais defendem os autores, interagem directamente na fraca situação socioeconómica atingida pela «segunda geração», que frequentemente entrou no mercado de trabalho antes dos 16 anos e sem treino vocacional. Apesar de os autores apontarem alguns sintomas de melhoramento neste capítulo, deduz-se claramente que, se não se verificar uma mudança drástica de mentalidade na comunidade portuguesa imigrante no Canadá em relação ao valor da educação, haverá tendência para perpetuar a maioria da «segunda geração» no fundo da escala social.

Se existe alguma polémica quanto à adaptabilidade à sociedade de acolhimento do «capital» educacional importado, existe contudo consenso quanto à relação directa entre a mobilidade socioeconómica da «segunda geração» e o seu nível educacional. Este, contudo, depende não apenas da sociedade de acolhimento, mas também, e talvez sobretudo, das atitudes sociais do grupo de origem. Historicamente, é possível documentar uma atitude particularmente negativa dos imigrantes portugueses em relação ao «valor» da educação formal para a «segunda geração». Tal atitude poderia ajudar a explicar porque é que alguns dos processos de assimilação dos imigrantes portugueses se mostram marcadamente divergentes dos processos de outros grupos imigrantes. Infelizmente, a exiguidade de estudos comparativos neste campo é de tal forma marcada que uma correcta avaliação da sua relevância é por enquanto impossível. O trabalho de G. Anderson e J. Davis é no entanto um contributo nesse sentido.

Os processos migratórios são por natureza complexos, envolvendo obrigatoriamente na sua análise a sociedade emissora, a sociedade receptora e os próprios migrantes. Apesar dos aspectos mais polémicos de alguns dos trabalhos incluídos, no seu conjunto, *Portuguese Migration in Global Perspective* apresenta contribuições para cada um dos aspectos referidos, pelo que a sua leitura é, como disse inicialmente, recomendável a todos os que se interessam pela emigração portuguesa.

*Maria Ioannis B. Baganha*